

NEGOCIAÇÃO JAGUARÉ E GUARAPARI TAMBÉM DISCORDAM DOS VOLUMES DE RECOLHIMENTO

Prefeitos querem que Petrobras pague mais ISS

Vila Velha autuou a estatal em R\$ 2 milhões por discordar do valor pago pela petrolífera

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

De olho no crescimento das atividades ligadas ao petróleo, os municípios capixabas estão se movimentando para cobrar Imposto sobre Serviços (ISS) sobre as atividades ligadas à exploração e produção de petróleo e gás. Vila Velha, por exemplo, já autuou a Petrobras em cerca de R\$ 2 milhões por discordar do valor referente ao ISS recolhido pelas atividades de perfuração de poço para exploração em seu litoral.

Para o coordenador de tributos mobiliários da prefeitura de Vila Velha, Marcos Monjardim, a cobrança incide sobre os serviços demandados devido à perfuração de dois poços no litoral do município para exploração e pesquisa. "Nós notificamos a empresa, que fez suas alegações, mas elas não foram aceitas pelo município. Por isso, foram lavradas duas autuações", explicou Monjardim.

A discordância, segundo ele,

foi gerada pelo fato de que a empresa não teria recolhido o ISS sobre todos os serviços prestados por ela na atividade de perfurar os dois poços. Mesma situação das empresas terceirizadas pela Petrobras, explicou ele. "Se for necessário, iremos para a Justiça", declarou Monjardim.

A Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) acompanha a discussão e, segundo a secretária executiva da entidade, Diane Rangel, há várias questões envolvendo o ISS. "Há até informação de empresas que prestam serviço em municípios capixabas, mas que recolhem o tributo em outro".

Guarapari é outro município que discorda da forma como vem sendo recolhido o tributo sobre atividades petrolíferas. Nenhuma atitude mais dura foi tomada, no entanto, pela administração municipal. Segundo informação da assessoria do prefeito Edson Figueiredo Magalhães, por enquanto, está sendo adotada a via da negociação.

OUTRAS SITUAÇÕES. Outros municípios também questionam os valores recebidos referentes ao ISS. Um deles é Guarapari, que vem negociando já há algum tempo com a Petrobras. A administração municipal informou que não definiu nenhuma

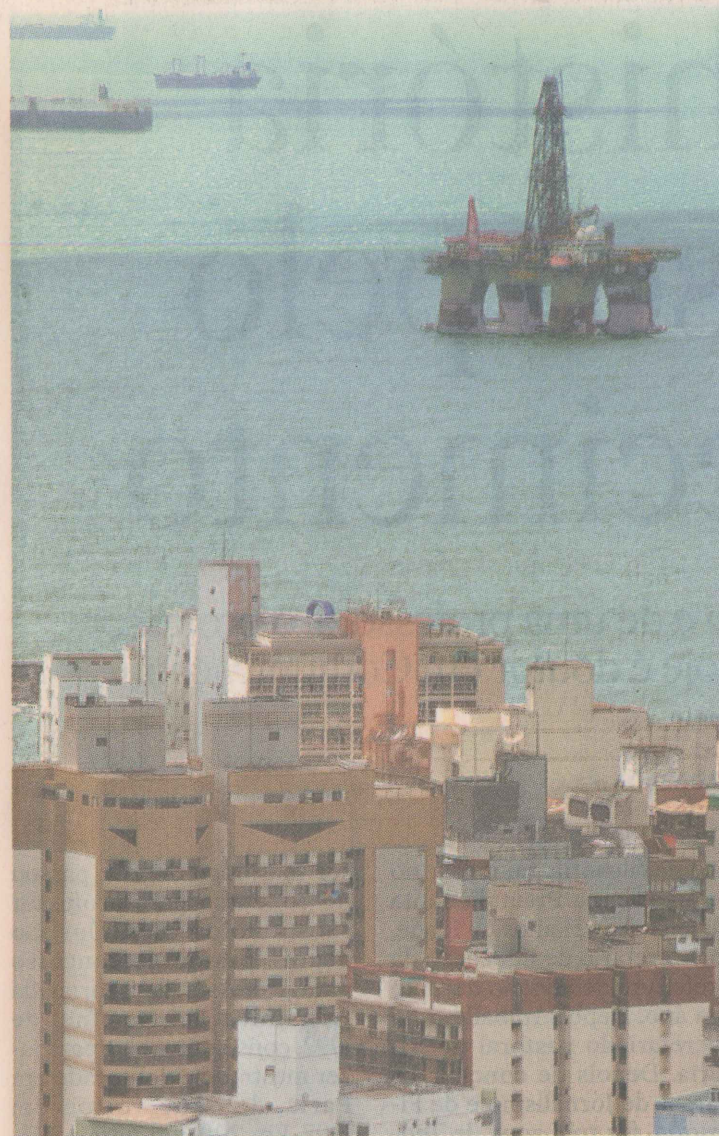
medida além da negociação. As negociações com a estatal, no entanto, não tiveram avanço nos últimos meses.

No Norte do Estado, Jaguaré também discorda. "O que questionamos é o ISS pago sobre a construção da Estação de Fazenda Alegre, onde há produção de petróleo. Não concordamos com o que foi recolhido e recorreremos aos autos de infração. A empresa, porém, questiona estes valores", explicou o diretor do departamento de tributação da prefeitura de Jaguaré, José Alberto de Jesus. Procurada durante a semana, a Petrobras não respondeu à solicitação de entrevista.

Sede da estatal afetaria o trânsito

DENISE ZANDONADI

Apesar de já aprovado na Prefeitura de Vitória e com o processo de licenciamento ambiental concluído, o projeto da sede da Petrobras, cuja construção já começou, está sendo questionado pelo deputado estadual Giuliano dos Anjos (DEM), que encaminhou representação ao Ministério Público Estadual. O parlamentar solicita que o MPE negocie com a Petrobras outra área para sua sede, de preferência fora



PERFURAÇÃO NO MAR. Há empresas que prestam serviço em cidades capixabas, mas recolhem o tributo em outras cidades. FOTO: EDSON CHAGAS

do município de Vitória.

A representação foi encaminhada ao chefe dos Centros de Apoio Operacionais do MPE, Alexandre José Guimarães. Foi motivado, segundo o parlamentar, pelos pedidos dos moradores da região da Praia do Canto. "Todos estão percebendo que o sistema viário da região não terá condições de absorver aumento no fluxo de veículos que ocorrerá com a construção da sede em área próxima à Avenida Nossa Senhora da

Penha", afirma.

ADIANTADO. Giuliano dos Anjos reconhece que o processo de licenciamento ambiental e aprovação do projeto foi cumprido integralmente. "Mas, acreditamos que as pesquisas feitas no trânsito estão defasadas", explica ele. A comunidade quer a implantação de um parque na região.

A unidade da Petrobras no Estado disse apenas quando for notificada oficialmente pelo Ministério Público Estadual.

TCU fará devassa nos contratos da Petrobras

Ministro do TCU disse que a estatal está pagando o preço da pouca transparência

BRASÍLIA. O Tribunal de Contas da União (TCU) vai fazer uma devassa nos contratos da Petrobras firmados em licitações fraudulentas descobertas pela Operação Águas Profundas, da Polícia Federal, deflagrada esta semana. Isso significa analisar todos os desembolsos para as empresas que aparecem como integrantes da quadrilha que operava o esquema, como Angraporto, Mauá Jurong e Iesa Óleo & Gás.

Para o ministro Augusto Nardes, que no TCU concentra os processos contra a petrolífera, a Petrobras está pagando o preço da pouca transparência. "Se a Petrobras fosse mais aberta, escândalos como este poderiam ser evitados", avaliou ontem, no Rio, depois de reuniões com a direção da estatal.

Os encontros já estavam previamente agendados e tinham como objetivo negociar que a estatal dê, voluntariamente, mais acesso aos técnicos e ministros do TCU. Nardes afirma que a Petrobras é muito fechada para as investigações do órgão. Ele lembrou que a situação é complicada e a estatal, resistente, pois recentemente recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ganhou uma liminar para impedir que seus dados fossem fornecidos ao TCU.